

Marfan Vieira recebe homenagem no Congresso Nacional do CNPG, no Rio



Um dos grandes nomes da história centenária do Ministério Público brasileiro, Marfan Martins Vieira foi homenageado nesta segunda-feira (28) durante o II Congresso Nacional do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), no auditório da Fundação Getúlio Vargas, em Botafogo. A frase que abre o texto está inscrita na placa entregue a Marfan, ex-procurador-geral de Justiça e atual secretário-geral de Relações Institucionais e Defesa de Prerrogativas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ). Estiveram no evento o governador do Estado, procuradores-gerais de Justiça, ministros do Supremo (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), integrantes do legislativo, entre outras autoridades e amigos.

Marfan Martins Vieira foi homenageado pela notável defesa dos fundamentos do Ministério Público durante os 41 anos e 112 dias como membro da instituição. Ele iniciou no Ministério Público em 1983, depois de atuar como advogado e como defensor público. Foi procurador-geral de Justiça por quatro mandatos, presidente da Associação do MPRJ (Amperj) por seis vezes, da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) por dois biênios, do CNPG e hoje preside o Grupo Nacional de Acompanhamento Legislativo do CNPG. Em junho deste ano, se aposentou como procurador de Justiça, mas imediatamente foi reintegrado aos quadros do MPRJ como secretário de Relações Institucionais e Defesa de Prerrogativas.

“Não posso negar o quão honrosa e lisonjeira é esta homenagem que recebo. Com ressalvas à indevida maximização de minhas limitadas qualidades pessoais, compartilho com os colegas do Ministério Público de todo o Brasil a honraria de que sou destinatário. Foi graças ao empenho e trabalho destes e de outros valorosos combatentes que conseguimos realizar com algum sucesso essa longa caminhada de lutas pela consolidação e fortalecimento de nossa instituição, sempre balizadas pela inflexível e inarredável defesa dos interesses maiores da sociedade” disse Marfan.

O presidente do CNPG, Jarbas Soares Júnior, descreveu Marfan como o motor propulsor dos avanços e conquistas do MP Brasileiro. “Não existe lugar percorrido por Marfan que não revele as marcas da inquietude do grande líder que é”, disse Jarbas. “É com profundo sentimento de respeito e gratidão que nós, procuradores-gerais, reconhecemos os valiosos serviços prestados ao MP durante a sua jornada, especialmente como procurador-geral de Justiça e presidente do CNPG”, enalteceu.

O procurador-geral de Justiça, Luciano Mattos destacou a importância de reconhecer e homenagear a trajetória de Marfan, a quem agradeceu pelos muitos aprendizados. “É sempre muito importante que a gente valorize a história, as trajetórias e reconheça o trabalho. A sua história fala por si só, e todos nós que conhecemos o seu trabalho e a sua dedicação ao Ministério Público sentimos honrados por estar aqui hoje nesta homenagem”, disse Luciano Mattos.

O ministro do STF Luiz Fux, um dos palestrantes do congresso, também rendeu homenagens a Marfan antes de iniciar sua exposição. Fux foi promotor de Justiça do MPRJ antes de ingressar na magistratura. “Eu sou Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro até hoje. Ali forjei meus melhores amigos, meus valo-



Marfan recebeu a placa das mãos do PGJ de Minas Gerais, Jarbas Soares Júnior (e), que também preside o CNPG, e do Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Tarcísio Bonfim (d)



Marfan, ao centro, com o governador do Rio, Cláudio Castro (e), e o ministro do Supremo, Luiz Fux (d)



O homenageado com o Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio, Luciano Mattos (d)



Ministro do STF, Luiz Fux (e) exaltou o trabalho de Marfan (d) e depois fez uma palestra sobre os avanços da justiça digital



Emocionado, Marfan dividiu a homenagem com a mulher, Daniela



O governador do Rio, Cláudio Castro, durante discurso na cerimônia

res, a minha independência e ali eu conheci o grande procurador que foi Marfan Vieira. Esta homenagem está à altura do seu grau de excelência de atuação institucional no Ministério Público”, disse Fux, que revelou, com bom humor: “Não há uma semana que eu não receba Marfan em prol das causas do MP. E a grande verdade é que ele sabe que meu gabinete está sempre aberto e suas causas são sempre nobres”. Também fizeram saudações a Marfan Mar-

tins na abertura do evento o governador do Rio, Claudio Castro, o presidente da Conamp, Tarcísio Bonfim, e o presidente da FGV, Carlos Ivan Simonsen.

O II Congresso do CNPG termina nesta terça-feira (29) e tem como tema “A era digital e os desafios da Justiça e do Ministério Público”. A programação inclui debates e palestras com membros do STF, do STJ, Ministério Público e especialistas em tecnologia.

PINGA-FOGO

■ TRE JULGARÁ ELEIÇÃO EM ANGRA - Está nas mãos do desembargador do TRE (Tribunal Regional Eleitoral), Fernando Cabral, parecer favorável do Ministério Público Federal (MPF) à coligação “Angra para Todos”, representada por Renato Araújo, do PL, a pedido de indeferimento do registro de candidatura do vice-prefeito eleito de Rubinho Metalúrgico (PP) na chapa de Cláudio Ferreti, do MDB. A coligação de Renato, que perdeu a eleição por uma diferença de cerca de mil votos, alega que a chapa de Ferreti não cumpriu as exigências legais na hora de fazer a troca do vice, em setembro. Rubinho chegou a ficar com o nome indeferido, mas uma decisão dada na véspera do pleito validou a chapa.

■ NOVAS ELEIÇÕES - Se o TRE cassar o registro da candidatura de Rubinho, novas eleições podem ser convocadas em Angra dos Reis, já que toda a chapa vai por água abaixo. “Existe uma terceira ação ainda, que não foi julgada, na Polícia Federal”, disse Renato, com exclusividade à coluna. A ação que Renato se refere é sobre o cumprimento de mandado de busca e apreensão, que encontrou material de campanha do Ferreti com o nome de Jair Bolsonaro, na sede do MDB. Detalhe: Bolsonaro apoiou Renato. “Acho muito injusto, perder uma eleição por mil votos por uma máquina que inventou muitas mentiras”.

■ STF REFERENDA DIREITOS POLÍTICOS DE PEZÃO - A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) referendou a liminar dada pelo ministro André Mendonça que devolveu os direitos políticos ao ex-governador do Estado do Rio, Luiz Fernando Pezão, prefeito eleito de Pirai. Com isso, ficou suspensa a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), que, em 2019, condenou Pezão à pena de multa e à suspensão dos direitos políticos por cinco anos por ato de improbidade administrativa relacionado a irregularidades em repasses à Secretaria de Saúde entre 2014 e 2015, durante sua gestão.

■ SEM INTENÇÃO DE DANOS - A defesa de Pezão argumentou, no julgamento da Reclamação (RCL), em sessão virtual, ocorrida na sexta-feira, dia 25, que a decisão do TJ-RJ contraria liminar do ministro Gilmar Mendes na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6678, que afastou a suspensão dos direitos políticos prevista na Lei de Improbidade Administrativa em atos culposos - quando não há intenção de causar dano aos cofres públicos. Na véspera da eleição, o ministro André Mendonça já havia concedido a liminar para suspender a condenação do ex-governador e justificou seu voto, na urgência, levando em consideração que Pezão era candidato à Prefeitura de Pirai.

■ MELHORIAS PARA NILÓPOLIS - O deputado estadual Rafael Nobre (União Brasil) encaminhou ao governador Cláudio Castro (PL), no mês de outubro, mais de quinze solicitações para a pavimentação de ruas em todo o município de Nilópolis, na Baixada Fluminense (RJ). O parlamentar esclareceu que a revitalização asfáltica é necessária devido às imperfeições que dificultam o acesso e a circulação dos moradores e que a melhoria das vias promoverá maior segurança e qualidade de vida para a comunidade local.

■ PROBLEMAS CONTINUAM - Uma das constatações feitas pela esquerda nas eleições municipais é de que vai precisar refazer seus discursos de defesa dos trabalhadores. O antigo discurso sindicalista não se encaixa nos anseios das novas relações de trabalho, de uma sociedade que, mal ou bem, deseja virar empreendedora. E, pelo visto, as relações também não andam boas com outro segmento no qual o PT, especialmente, sempre esteve bem posicionado: os servidores públicos.

■ No Dia do Servidor Público, os auditores da Receita Federal anunciaram que farão, a partir desta terça-feira (29), uma paralisação de 48 horas. Os auditores e outras categorias têm negociado desde o início do ano reajustes salariais por conta de perdas inflacionárias que, alegam, vêm desde 2016. Mas ainda não conseguiram chegar a um termo com o governo federal.

Fernando Molica

No rumo da normalidade eleitoral

É cedo pra comemorar, mas resultados da eleição municipal apontam para uma normalização da política brasileira, vítima, há pelo menos dez anos, de terremotos como o impeachment de Dilma Rousseff, a Lava Jato e a prisão de Lula, o mandato de Jair Bolsonaro e a tentativa de golpe.

A sucessão de abalos quebrou algo que caminhava para uma rotina democrática e de alternância de poder. As jornadas de 2013 e 2014 mostraram uma insatisfação institucional que, num primeiro momento, foi adotada por setores radicais de esquerda e que acabou sendo surfada pela direita.

Incapaz de esperar pela eleição de 2018, parte da oposição partiu para o impeachment. O então grande PSDB, que já questionara as urnas eletrônicas em 2014, aliou-se a Eduardo Cunha

para derrubar a presidente. A deposição de Dilma escancarou de vez o caminho para uma polarização sangrenta. Os tucanos, até então fortes candidatos ao Planalto, foram das primeiras vítimas.

A prisão de Lula e o comportamento bélico de Bolsonaro acabaram com uma espécie de primavera democrática do país. Brasileiros abraçaram o radicalismo, adversários passaram a ser encarados como inimigos, cada disputa eleitoral virou uma batalha decisiva entre a virtude e o pecado.

O fanatismo de viés religioso foi decisivo para os atos ensandecidos antes, durante e depois da eleição de 2022. E tome de culto a pneu, de orações, de marcha soldado interpretado por cabeças de papel. O que estava em jogo não parecia ser a Presidência, mas a possibilidade de dano eterna.

Até por seu caráter paroquial, eleições municipais contribuíram para baixar a bola. Com as devidas exceções, o eleitor demonstrou não ligar muito para disputa entre Lula e Bolsonaro. Os casos de Cuiabá (MT) e de Porto Alegre (RS) e as eliminações de candidatos de esquerda ainda no primeiro turno indicam a permanência do antipetismo, da lógica do tudo menos eles.

Porém, uma olhada mais atenta mostra que o eleitor votou em candidatos que mostraram algum serviço, prestou atenção nos próprios interesses e rejeitou os que considerava radicais (mesmo que, para isso, tivesse que escolher suspeitos de sempre).

Ao rejeitar a polarização, brasileiros sinalizaram uma possibilidade de volta à saudável rotina democrática, o

direito de escolher A ou B sem temer que isso possa nos levar pro inferno ou pro exílio.

Não se tratou de uma vitória do inexistente centro, ectoplasma que zomba dos que neles enxergam características de equilíbrio e de equidistância. O que é assim classificado não passa de um largo grupamento político de características conservadoras — portanto, de direita —, mas que não costuma ter qualquer constrangimento de apoiar uma força de esquerda bem instalada no poder e que distribua cargos e verbas.

Venceram forças que tradicionalmente ganhavam eleições municipais no país. Não à toa que, com bancadas modestas numa Câmara dos Deputados que espelha a radicalização, PSD e MDB conquistaram, cada um, mais

de 800 prefeituras. Os tantos prefeitos reeleitos não foram consagrados por integrem o tal do centro, mas porque fizeram boas administrações, contaram com a máquina pública e foram beneficiados com o dinheiro fácil das emendas parlamentares.

Não dá pra prever se em 2026 será mantida a tendência de esvaziamento do desespero ideológico, mas 2024 deu algumas pistas. A perda de hegemonia de Bolsonaro na direita e na extrema direita e os impasses petistas talvez colaborem para que cada eleição deixe de ser vista como uma jornada ao fim do mundo.

Há sempre o risco de surgir um Pablo Marçal, mas não custa torcer pela volta do que a ministra Cármen Lúcia, presidente do TSE, chamou de “monotonia democrática”.